

Prefixação já preocupa mercado financeiro

SÉRGIO COSTA
Correspondente

Rio — Virtual extinção do mercado financeiro, fuga de recursos da poupança para o consumo, aumento das aplicações em investimentos como o ouro e o dólar no mercado paralelo — estas são as principais consequências apontadas até agora, por especialistas do mercado financeiro, para um quadro de prefixação da correção monetária, dos preços e salários, que poderá ser adotada pelo novo pacote econômico de combate à inflação, de cunho mais ortodoxo e menos gradualista.

O fato é que o sentimento de maus presságios não é difícil de ser encontrado em quem está acostumado a viver o dia a dia do mercado aberto e de capitais, diante de mais uma possibilidade de choque. Nem mesmo a expectativa de que a prefixação da correção monetária em patamares inferiores à inflação seja acompanhada de um substancial aumento nas taxas de juros, tem servido para tranquilizar desde empresários até simples operadores.

“Estou bastante preocupado”, confessa o presidente da Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto (Andima), Marcos Aguiar Jacobsen. Ele vê, como reflexo imediato de uma prefixação da correção monetária, efeitos graves sobre os negócios a nível de caderneta de poupança, OTNs e Certificados de Depósito Bancário (CDBs). “O efeito, é claro, seria sobre todos aqueles títulos indexados pela correção monetária”, accentua.

CONSUMISMO

Para Jacobsen, a prefixação trará de imediato, para a população, lembranças da época do Plano Cruzado, quando os investidores que aplicaram em tais papéis não saíram exatamente satisfeitos, ao final do ano, depois que o sonho da inflação zero se esfumou. A saída seria um aumento das taxas de juros nos papéis negociados pelos bancos, atraindo os investidores desiludidos com investimentos reajustados via correção monetária. Mas aqui entra um problema: a questão da regulamentação do tabelamento de juros.

“Os bancos ajustariam as taxas de juros, como parecem já estar fazendo hoje, mas ainda pendentes da regulamentação do tabelamento das taxas de juros reais em 12 por cento ao ano”, lembra o presidente da Andima. Acrescenta que, em um quadro de prefixação, “há um problema grande. O recurso

dos investidores se resumiria a ouvir a orientação de seus eventuais consultores. E a maioria vai recomendar que os poupadões retirem recursos da poupança e apliquem na aquisição de bens. “Isto vai aumentar o consumo”, adverte, fazendo referência à especulação que se seguiria nos preços.

Aqui é que entraria, no caso, a questão dos juros. O presidente da Andima diz que a prefixação da correção monetária, acompanhada de juros baixos, levaria uma massa de recursos em direção ao consumo, ou em aplicações no mercado paralelo do dólar ou no ouro. No caso de o Governo resolver sinalizar essas aplicações quase que exclusivamente para os próprios títulos públicos — mais precisamente, as Letras Financeiras do Tesouro, ou LFTs.

SEM AÇÃO

Jacobsen, por outro lado, não se coloca entre aqueles que vêem muita possibilidade desses aplicadores desiludidos com uma prefixação se dirigirem para as bolsas de valores. “O volume negociado nas bolsas não portaria tudo”, alerta. Cita os números: o Open movimentaria algo em torno dos 39 bilhões de dólares diariamente, contra 32 bilhões de dólares da caderneta de poupança e 20 milhões de dólares do black do dólar. As

bolsas ficariam bem abaixo, no movimento: algo em torno de 60 milhões de dólares, “um volume que não chega à poupança”, atesta.

Com todo este quadro, o presidente da Andima prefere não acreditar na prefixação. “Isto já foi tentado antes, com Delfim Netto, e naquela época já deu errado. Lançou-se mão das maxidesvalorizações do cruzeiro, que terminaram desarrumando a economia. Hoje, também, desorganizaria muito mais uma prefixação da correção monetária, sustenta. Para completar, diz que “falta tanto sentido que não posso acreditar”. O presidente da Andima recomenda cortar de forma drástica o déficit público. “O resto é simplesmente um apêndice”, diz.

O quadro de prefixação, para outro dos especialistas com vivência do dia a dia dos mercados, conduzirá diretamente à alta das cotações do dólar no mercado paralelo e também do ouro. A economista Clarice Pechman, autora do livro “O Dólar Paralelo no Brasil”, lembra que no caso das cotações da moeda norte-americana negociada no black, as altas começaram semana passada, junto com o ouro. “O ouro e o dólar serviram de hedge (seguro) contra a prefixação”, registra.

O fator principal é que, fatalmente, a prefixação da correção monetária “embutiria uma expectativa de inflação abaixo do que deve ocorrer”, diz ela. Aliás, o que já se convencionou chamar de Plano Verão, antes de decretado, traria um efeito a mais. No caso, a fuga das aplicações para o subterrâneo do dólar paralelo, exatamente por se tratar de uma “estaçao quente”, como confirma Clarice Pechman.

O caso é que, com o afluxo de turistas nesta época do ano, o mercado paralelo do dólar sempre se encontra agitado, com altas freqüentes nas cotações. “O turismo já é outro fator a auxiliar nas altas da dólar no black”, acentua a economista. Ou seja: cotações mais altas e mais atrativas para os investidores desiludidos com o efeito da prefixação sobre suas aplicações, seja no Open, seja na caderneta de poupança.

Clarice Pechman, aliás, também é outra a apontar uma significativa fuga de recursos das cadernetas de poupança, por conta de eventuais efeitos. “Essa fuga é inevitável”, atesta, ainda que frise que as notícias sobre a prefixação “ainda se encontrem, felizmente, no campo da especulação”. Sua posição é clara: “Sou contra essa proposta de prefixação”.